



Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

com Relatório dos Auditores Independentes

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado dos exercícios.....	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.** (“**Companhia**”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Recuperabilidade do Ativo Intangível (*impairment*)

Conforme a Nota Explicativa nº 8, o saldo do ativo intangível, relacionado aos ativos de concessão, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 10.510 mil (R\$ 8.657 mil em 2024). Considerando os indicadores de perda por redução ao valor recuperável identificados, especialmente aqueles relacionados à ausência de evidências que suportem a renovação do contrato de concessão, a Administração, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, deveria ter elaborado análise formal de recuperabilidade desses ativos. A ausência de avaliação formal para mensurar o impacto nos ativos, impede a conclusão sobre a constituição de provisão para recuperabilidade.

Base para opinião com ressalva--Continuação

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que, devido à falta de evidência que suporte a renovação do contrato de concessão junto ao Poder Concedente, existe uma incerteza material referente à habilidade da Companhia de gerar fluxos de caixa além do prazo de prorrogação da concessão. Tais eventos ou condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional, uma vez que suas atividades estão substancialmente vinculadas a esse contrato. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras comparativas

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de abril de 2025 com opinião modificada, em decorrência de aspectos relacionados à recuperabilidade do ativo intangível (*impairment*).

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações financeiras--Continuação

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

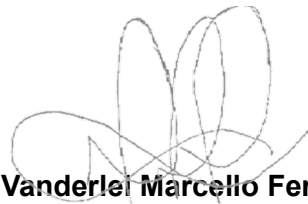
São Paulo, 18 de março de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Nelson Varandas dos Santos
Contador CRC 1SP-197.110/O-3



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivos	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.963	8.195	Fornecedores	9	1.193	714
Contas a receber	5	5.836	4.097	Salários e encargos a recolher	10	1.356	1.473
Tributos a recuperar	6	790	869	Impostos e contribuições a recolher	11	3.066	2.066
Partes relacionadas	-	-	2	Compromissos com o poder concedente	12	1.044	1.168
Outros créditos	-	50	86	Passivo de arrendamento	-	27	15
		<u>10.639</u>	<u>13.249</u>	Partes relacionadas	7	44	9
				Outros passivos	-	6	11
						<u>6.736</u>	<u>5.456</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	-	511	552	Passivo de arrendamento	-	12	14
Partes relacionadas	7	4.945	2.939	Provisão para demandas judiciais	13	39	115
						<u>51</u>	<u>129</u>
				Patrimônio líquido			
Direito de uso	-	29	35	Capital social	14.1	4.116	4.116
Intangível	8	10.510	8.657	Reserva legal	14.3	823	823
		<u>15.995</u>	<u>12.183</u>	Reserva de capital	14.2	14.908	14.908
				Reserva de lucros	-	-	-
						<u>19.847</u>	<u>19.847</u>
Total do ativo		<u><u>26.634</u></u>	<u><u>25.432</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>26.634</u></u>	<u><u>25.432</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
Demonstrações do resultado dos exercícios
Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> <u>(Reclassificado)</u>
Receita líquida	15	64.442	62.777
Custos dos serviços prestados	16	(36.102)	(40.930)
Resultado bruto		28.340	21.847
Despesas administrativas e gerais	17	(1.135)	(952)
Outras receitas e despesas	-	33	403
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		27.238	21.298
Receitas financeiras	18	1.644	1.350
Despesas financeiras	18	(368)	(288)
Resultado financeiro		1.276	1.062
Resultado do imposto de renda e contribuição social		28.514	22.360
Imposto de renda e contribuição social	19	(9.716)	(7.518)
Lucro líquido do exercício		18.798	14.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	18.798	14.842
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>18.798</u>	<u>14.842</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de capital		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		4.116	823	14.908	-	19.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.842	14.842
Dividendos distribuídos	14.4	-	-	-	(14.842)	(14.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		4.116	823	14.908	-	19.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.798	18.798
Dividendos distribuídos	14.4	-	-	-	(18.798)	(18.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		4.116	823	14.908	-	19.847

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	28.514	22.360
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa		
Amortização	3.164	2.851
Baixa de intangível	106	-
Provisão para demandas judiciais	(76)	(278)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	206	104
	<u>31.914</u>	<u>25.037</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / diminuição dos ativos		
Contas a receber	(1.945)	(1.079)
Tributos a recuperar	79	356
Outros créditos	36	(81)
Depósitos judiciais	41	(349)
Aumento / (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	479	271
Salários e encargos a recolher	(1.391)	170
Impostos e contribuições a recolher	1.000	(95)
Outros passivos	(5)	7
Caixa gerado das atividades operacionais	30.208	24.237
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.442)	(6.974)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.766	17.263
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(5.117)	(2.206)
Compromissos com o poder concedente	(124)	130
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(5.241)	(2.076)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(18.798)	(14.842)
Pagamento dos arrendamentos	10	6
Partes relacionadas	(1.969)	2.043
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(20.757)	(12.793)
Aumento / (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.232)	2.394
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.195	5.801
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.963	8.195
Aumento / (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.232)	2.394

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A **Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”)** é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Francisco Bicalho, nº 1, no Município e Estado do Rio de Janeiro (Terminal Rodoviário Novo Rio) e filiais: i) no Município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Feliciano Sodré, s/nº, Centro (Terminal Roberto Silveira); (ii) no Município e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rodrigues Alves, 853, Santo Cristo (Edifício Garagem anexo ao Terminal Rodoviário Novo Rio).

A Companhia tem como objeto social a exploração, mediante contrato de concessão de serviço público, das atividades de administração, operação, manutenção, conservação e exploração comercial do Terminal Rodoviário Novo Rio, incluindo o edifício-garagem anexo, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), bem como do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus respectivos anexos, localizado na cidade de Niterói (RJ), junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nos termos do contrato de concessão, o prazo de vigência é de 30 (trinta) anos, contados a partir da conclusão das obras de reforma e ampliação dos referidos terminais, podendo ser objeto de revisão em função de eventuais reequilíbrios econômico-financeiros, os quais poderão implicar, entre outras medidas, a prorrogação do prazo contratual, mediante negociação com o Poder Concedente.

Como contrapartida pela concessão, a Companhia está obrigada ao pagamento mensal à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE), com base nos seguintes critérios:

- cinco taxas de embarque por partida de veículo;
- 10% da receita auferida com estacionamento de veículos;
- 10% das receitas de locação de lojas e guichês; e
- 25% da receita proveniente das taxas de acompanhante.

Em 31 de agosto de 2015, foi celebrado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão entre o Consórcio Novo Rio, o Estado do Rio de Janeiro e a CODERTE, por meio do qual a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. passou a figurar como concessionária, mediante a cessão e transferência integral de todos os direitos e obrigações anteriormente detidos pelo Consórcio Novo Rio, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

Conforme estabelecido no quinto termo aditivo, o prazo de vigência da concessão do Terminal Rodoviário Roberto Silveira estava inicialmente previsto para encerrar-se em 28 de janeiro de 2025. Contudo, em 30 de julho de 2024, a CODERTE comunicou formalmente o início dos trâmites para prorrogação contratual, com o objetivo de unificar o prazo de término das concessões dos terminais de Niterói e do Rio de Janeiro para 29 de agosto de 2025.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional--Continuação

No âmbito jurídico, a Companhia possui um mandado de segurança em andamento, bem como uma ação de produção antecipada de provas, cujo objetivo é demonstrar a existência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O laudo pericial decorrente dessa ação, concluído em 16 de dezembro de 2024, apurou desequilíbrio superior a R\$ 125.000, encontrando-se pendente de homologação judicial.

Em 5 de fevereiro de 2025, a CODERTE notificou a Companhia acerca da retomada do Terminal Rodoviário Roberto Silveira, sob a alegação de ausência de comprovação formal do desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da não homologação do referido laudo pericial. Em decorrência do término do contrato de concessão, em 6 de fevereiro de 2025, a Companhia procedeu à devolução integral das instalações do Terminal Rodoviário Roberto Silveira à CODERTE, que passou a assumir, a partir de então, a total responsabilidade pela sua operação e administração.

Posteriormente, em 19 de agosto de 2025, foi celebrado o sexto termo aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo a prorrogação do prazo contratual por 6 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, até 19 de fevereiro de 2026, podendo ser automaticamente prorrogado, uma única vez, por igual período, até 19 de agosto de 2026.

No que se refere ao Terminal Rodoviário Novo Rio, a Administração reconhece a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional da Companhia, considerando que o contrato de concessão encontra-se vigente apenas em função do referido aditivo contratual, não havendo, até a presente data, evidências objetivas de sua renovação por prazo adicional.

Adicionalmente, encontra-se em andamento a ação de produção antecipada de provas, cujo laudo pericial indicou desequilíbrio econômico-financeiro superior a R\$ 125.000. A Administração aguarda a homologação judicial desse laudo, a qual poderá subsidiar eventual pleito de reequilíbrio contratual, incluindo a possibilidade de prorrogação do prazo da concessão junto ao Poder Concedente.

1.1. Reclassificação de saldos comparativos

Durante o exercício de 2025, a Administração revisou a classificação de determinados gastos incorridos em 2024, em especial relacionado à amortização do ativo Intangível no montante de R\$ 2.819, anteriormente registrados em despesas administrativas e reclassificou-os para custos dos serviços prestados, por estarem diretamente relacionados às atividades operacionais da Companhia. Para fins de comparabilidade, os valores de 31 de dezembro de 2024 foram reclassificados, sem impacto no resultado do exercício, no patrimônio líquido ou no fluxo de caixa.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

2. Apresentação das demonstrações financeiras**2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em Milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e administradores em 18 de março de 2026.

2.2. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia seus potenciais efeitos, os quais serão reconhecidos e divulgados oportunamente, quando passarem a ser mensuráveis e aplicáveis.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

3.2 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras, no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

(i) Valor justo de instrumentos financeiros--Continuação

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(ii) Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

3.4. Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**3.4. Instrumentos financeiros--Continuação****(ii) Passivos financeiros**

São classificados como passivos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.5. Ativos intangíveis

Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Ativos intangíveis--Continuação

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperado de um grupo de ativos financeiros.

3.7. Ativos e passivos contingentes

- (i) **Ativos contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) **Passivos contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Demais ativos e passivos, circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos futuros e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com segurança.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia optou pelo regime tributário do lucro real no qual o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

3.10. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

3.11. Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.12. Receita operacional

As receitas operacionais são reconhecidas ao resultado do exercício quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Receita operacional--Continuação

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

- (i) **Receita de aluguel:** A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com Companhias de transporte, lojas e restaurantes localizados no terminal rodoviário é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento;
- (ii) **Serviços aos usuários:** A receita de serviços prestados de estacionamento, controle de acesso e permanência aos usuários do terminal rodoviário é reconhecida no resultado no momento que o serviço é prestado.

3.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e multas, descontos concedidos e despesas bancárias.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2025 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Numerários em trânsito	90	240
Bancos	478	1.617
Aplicações financeiras	3.395	6.338
	3.963	8.195

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, renumeradas substancialmente a 100% do CDI.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
 Notas explicativas as demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

5. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxas de embarques em terminais	26	25
Locações a receber	6.408	4.465
Recebimento por cartão de crédito	127	126
	<u>6.561</u>	<u>4.616</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(725)	(519)
	<u>5.836</u>	<u>4.097</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer – a)	4.906	3.683
Vencido entre 1 e 30 dias	160	104
Vencido entre 31 e 90 dias	340	178
Vencido entre 91 e 180 dias	430	153
Vencido acima de 181 dias	725	498
	<u>6.561</u>	<u>4.616</u>

- a) Parte dos saldos a vencer está vinculada a processo junto à Coderte/Viamil, atualmente sobrestado, aguardando a renegociação do contrato de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão onerosa.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser assim apresentada:

	<u>R\$</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(414)</u>
(-) Complemento	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(519)</u>
(-) Complemento	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>(725)</u></u>

6. Tributos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS	141	141
COFINS	649	649
Outros	-	79
	<u>790</u>	<u>869</u>

Os créditos de PIS e COFINS não foram utilizados na compensação dos tributos correntes ao longo do período, uma vez que a Companhia está avaliando a sua elegibilidade para utilização no abatimento de tributos a recolher. Referidos créditos são oriundos de operações com os prestadores CODERTE e FUNDERJ.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
 Notas explicativas as demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

7. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo não circulante		
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A. (a)	1.139	1.117
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A. (c)	665	361
RODERJ -Associação Estadual das Empresas de Transporte (c)	2.094	974
ASCOTRAN – Associação dos Concessionários dos Term. Rod. RJ (c)	1.047	487
	4.945	2.939
Passivo circulante		
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A. (b)	44	9

- (a) Referente aos direitos a receber decorrentes da transferência de funcionários, em função da cessão do contrato de concessão anteriormente detido pelo Consórcio Novo Rio à Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. Tais valores não possuem prazo definido para liquidação.
- (b) Referente a reembolso de despesas a pagar;
- (c) Operações de conta corrente com acionistas, com finalidade de capital de giro, para as quais não incidem juros e não serão vencíveis no curto prazo.

8. Intangível

A seguir demonstramos a composição dos saldos:

	% - Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2025	Intangível líquido 2024
Máquinas e equipamentos	10	2.215	(1.655)	560	617
Equipamentos de informática	20	446	(419)	27	34
Móveis e utensílios	10	521	(308)	213	268
Benfeitorias em propriedades de terceiros	23,5 a 27,2	47.689	(37.979)	9.710	7.643
Veículos	20	12	(12)	-	-
Software	20	1.822	(1.822)	-	43
Direito de uso	20	683	(683)	-	21
Ativos em andamentos	-	-	-	-	31
		53.388	(42.878)	10.510	8.657

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	8.657	9.556
(+) Adições	5.117	2.206
(-) Baixas	(106)	-
(-) Amortização	(3.158)	(3.105)
Saldo final	10.510	8.657

9. Fornecedores

O saldo é constituído substancialmente por fornecedores de mercadorias e serviços com vencimentos entre 30 e 60 dias.

10. Salários e encargos a recolher

	2025	2024
Salários e ordenados	314	318
FGTS	53	55
INSS	137	142
IRRF	64	81
Provisão de férias e encargos	748	815
Outras obrigações	40	62
	1.356	1.473

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

11. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ISS	286	235
PIS	94	80
COFINS	435	370
IRPJ	1.680	958
CSLL	486	338
Outros tributos	85	85
	<u>3.066</u>	<u>2.066</u>

12. Compromissos com o poder concedente

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 1, como contrapartida pela concessão, a Companhia está obrigada ao pagamento mensal à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE), com base nos seguintes critérios: i) cinco taxas de embarque por partida de veículo, ii) 10% da receita auferida com estacionamento de veículos, iii) 10% das receitas de locação de lojas e guichês, e iv) 25% da receita proveniente das taxas de acompanhante.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Coderte	1.044	1.168

Os valores em aberto se referem a competência dezembro com vencimento em janeiro do ano subsequente.

13. Provisão para demandas judiciais

A Companhia registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	<u>2024</u>	<u>Adições / Baixas</u>	<u>2025</u>
Processos cíveis	50	(25)	25
Processos trabalhistas	65	(51)	14
	<u>115</u>	<u>(76)</u>	<u>39</u>

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía ações trabalhistas e cíveis com prognósticos de perda possível, totalizando R\$ 892 (R\$ 691 em 2024).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 4.116, representado por 2.023.819 ações ordinárias e 106.517 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de ações		Valor das ações	%
	ON	PN		
RODERJ -Associação Estadual das Empresas de Transporte	923.074	-	923.074	43,33%
Socicam Administração, Projetos e Representações S/A.	639.101	106.517	745.618	35,00%
ASCOTRAN – Associação dos Concessionários dos Term. Rod. RJ	461.644	-	461.644	21,67%
Total	2.023.819	106.517	2.130.336	100,00%

14.2. Reserva de capital (Ágio na subscrição de ações preferenciais)

Ágio na subscrição de ações preferenciais nominativas, pela acionista Socicam Administração, Projetos e Representações S/A., representado por bens oriundos do acervo patrimonial, da Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., no valor de R\$ 14.908, conforme laudo de avaliação datado de 10 de novembro de 2015.

14.3. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no Art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

14.4. Destinação do resultado do exercício

Considerando que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto à política de distribuição de dividendos, os dividendos propostos correspondem ao mínimo obrigatório estabelecido no inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária, após as destinações legais, incluindo a constituição da reserva legal e demais ajustes previstos na referida lei.

A Companhia apurou lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 18.798 (R\$ 14.842 em 2024), o qual foi ajustado conforme as disposições da Lei nº 6.404/76 e do Acordo de Acionistas.

Em função de a Reserva Legal já ter atingido o limite de 20% do capital social, não houve constituição adicional no exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

14. Patrimônio líquido--Continuação

14.4. Destinação do resultado do exercício--Continuação

Nos termos das cláusulas 8ª e 9ª do Acordo de Acionistas, foi destinado o montante integral de R\$ 18.798 (R\$ 14.842) para distribuição de dividendos, correspondente a, substancialmente, 100% do lucro líquido ajustado do exercício.

Do total de dividendos apurados:

R\$ 940 foram destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais, conforme direitos estabelecidos no Acordo de Acionistas;

O montante remanescente de R\$ 17.858 foi destinado aos acionistas detentores de ações ordinárias, observando-se a seguinte participação no capital social:

- RODERJ: 43,33%
- SOCICAM: 35,00%
- ASCOTRAM: 21,67%

A Administração da Companhia entende que a distribuição de dividendos está em conformidade com as disposições legais e contratuais aplicáveis.

15. Receita líquida

	2025	2024
Serviços prestados	58.723	56.555
Comerciais / locações	15.644	15.683
Receita bruta	74.367	72.238
Serviços cancelados	(132)	-
Tributos sobre a receita	(9.793)	(9.461)
Receita líquida	64.442	62.777

16. Custos dos serviços prestados

	2025	2024 (Reclassificado)
Gastos com pessoal	(10.575)	(9.879)
Serviços públicos	(6.781)	(6.037)
Serviços com pessoa jurídica	(9.025)	(8.654)
Repasses ao poder concedente	(11.046)	(12.020)
Amortização	(2.892)	(2.819)
Outros custos	(1.808)	(5.066)
(-) QMCL – Quota Manut. Cons. e limpeza	6.025	3.545
	(36.102)	(40.930)

17. Despesas administrativas e gerais

	2025	2024 (Reclassificado)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(206)	(104)
Comunicação	(81)	(70)
Deslocamentos	(38)	(38)
Aluguel	(119)	(11)
Custas com indenizações judiciais	76	278
Pessoal	(185)	(150)
Outras despesas gerais	(582)	(857)
	(1.135)	(952)

18. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimentos de aplicações	1.431	473
Juros recebidos	56	56
Atualização Selic	129	820
Outras receitas financeiras	28	1
Receitas financeiras	1.644	1.350
Juros e multas	(225)	(102)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(2)	(1)
Tarifas bancárias	(50)	(45)
Descontos concedidos	(91)	(140)
Despesas financeiras	(368)	(288)
Resultado financeiro líquido	1.276	1.062

19. Imposto de renda e contribuição social

A seguir a conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	28.514	22.360
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	9.695	7.602
(+) Adições	115	69
(-) Exclusões	(70)	(129)
Diferença do adicional de imposto de renda	(24)	(24)
Total do imposto de renda e contribuição social	9.716	7.518

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar (IRPJ e CSLL).

20. Instrumentos financeiros

20.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

20.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e partes relacionadas são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

21. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar ativos próprios, benfeitorias em propriedades de terceiros e negócios de eventuais sinistros, cujo total da cobertura de seguros é de R\$ 57.424 (R\$ 35.144 em 2024).

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Diretoria

Rodrigo Fernandes Toledo
Diretor

Roberta Faria
Diretora

Eduardo Buzam Júnior
Contador – CRC 1SP 243887/O-3
